

ATA NÚMERO 276/XIII/4.^a SL

Aos vinte e nove dias do mês de maio de 2019, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:00

Audição do Presidente da Associação Portuguesa de Bancos no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 178/XIII/4.^a (GOV) - "Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras" e do Projeto de Lei n.º 1181/XIII/4.^a (BE) - "Cria a prestação patrimonial sobre os Ativos por Impostos Diferidos abrangidos pelo Regime Especial aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto".

11:30

- 1. Aprovação das atas n.ºs 260 e 261;**
- 2. Discussão e aprovação do Relatório elaborado no âmbito do relatório sobre "Portugal na UE 2018"; Autora: Margarida Marques (PS)**
- 3. Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 197/XIII/4.^a (GOV) - "Assegura a execução na ordem jurídica interna o Regulamento (UE) 2017/2402, que estabelece um regime geral para a titularização e cria um regime específico para a titularização simples, transparente e padronizada"; Autor: Deputado João Almeida**
- 4. Designação de autor do parecer da Proposta de Lei n.º 201/XIII/4.^a (GOV) - "Estabelece mecanismos para a resolução de litígios que envolvam as autoridades competentes de Portugal e de outros Estados-Membros da União Europeia em resultado da interpretação e aplicação de acordos e convenções internacionais para evitar a dupla tributação de rendimentos, transpondo a Diretiva (UE) 2017/1852"; Cabe ao GP PSD**

5. Outros assuntos.

09:00

Audição do Presidente da Associação Portuguesa de Bancos no âmbito da apreciação da [Proposta de Lei n.º 178/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - "Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras" e do [Projeto de Lei n.º 1181/XIII/4.ª \(BE\)](#) - "Cria a prestação patrimonial sobre os Ativos por Impostos Diferidos abrangidos pelo Regime Especial aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto".

A Senhora Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando o Presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB) e a restante equipa que o acompanha. Prosseguiu enquadrando a audição no âmbito da apreciação, na especialidade, das mencionadas iniciativas legislativas.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Inês Domingos (PSD), Fernando Rocha Andrade (PS) e Paulo Sá (PCP), tendo o Presidente da APB e a Dra. Ana Mocho respondido individualmente a cada um os Deputados.

Em sede de segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Inês Domingos (PSD) Fernando Rocha Andrade (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo o Presidente da APB, Dra. Ana Mocho e a Dra. Catarina Cardoso respondido ao conjunto das questões colocadas.

Não havendo questões adicionais, a Senhora Presidente agradeceu a presença e os contributos dados pelo Presidente da APB e sua equipa, posto o que deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações referentes à audição, nomeadamente a sua gravação, podem ser consultadas na [página internet da audição](#).

11:30

1. Aprovação das atas n.ºs 260 e 261;

As atas foram aprovadas por unanimidade, na ausência do BE.

2. Discussão e aprovação do Relatório elaborado no âmbito do relatório sobre "Portugal na UE 2018";

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) apresentou o relatório de que foi autora, posto o que a Senhora Presidente apresentou cumprimentos e felicitações pelas novas funções que a Senhora Deputada irá assumir no Parlamento Europeu.

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD), que também cumprimentou a Deputada relatora pela elaboração do relatório e pela sua eleição, deixou algumas observações sobre o mesmo. Sugeriu que um dos parágrafos da página 5 fosse remetido para o capítulo relativo à opinião do relator. Acrescentou, por fim, alguns comentários de natureza política sobre algumas das afirmações constantes do relatório, nomeadamente nas páginas 7 e 11, registando, a propósito das recomendações específicas por país, a ausência de reformas estruturais no país.

Após saudar a Deputada Margarida Marques pela sua eleição, o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (Ninsc), lembrando que vivemos numa época digital, propôs que nestes relatórios se passassem a introduzir *hiperlinks* para melhor enquadrar os assuntos, tornando os relatórios verdadeiramente relevantes para a Assembleia da República e para os cidadãos.

Após ter cumprimentado a Deputada relatora, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) fez a apreciação do relatório notando que, sendo factual, se trata de documento sobre um relatório político, limitando-se, nalgumas passagens a reproduzir o relatório original do Governo. Assim, anunciou, a votação será também política. Fez algumas apreciações políticas sobre o mesmo, com referência, por exemplo, às afirmações constantes da página 3, sobre o Quadro Financeiro Plurianual – QFP. Referiu ainda que são afirmados, no relatório, princípios sobre os quais o CDS discorda, nomeadamente sobre a introdução de impostos europeus e concretamente sobre o Imposto de Transações Financeiras. Concluiu anunciando que o CDS-PP votará contra o relatório, sendo este um voto político.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) manifestou a sua opinião de que poderia ser adotada outra metodologia. Voltando ao exemplo da página 3, considera que a redação deveria evidenciar claramente que se trata da posição do Governo, escrevendo-se “No seu relatório, o Governo considera que (...)”. Referiu ainda que este problema se repete em muitas outras páginas deste relatório. Pese embora o Governo seja livre de, no seu relatório expressar as suas ideias e opiniões, o relatório da Comissão deve ser factual. Concluiu anunciando que o PCP não poderá votar favoravelmente

Após ter agradecido aos Deputados que intervieram sobre este assunto, a Senhora Deputada Margarida Marques (PS) manifestou disponibilidade para acolher as sugestão apresentada pela Deputada Inês Domingos, admitindo retirar o parágrafo mencionado na página 5, e registando para futuro, a sugestão do Deputado Paulo Trigo Pereira.

Deu resposta às apreciações de natureza política dos Senhores Deputados Inês Domingos e João Pinho Almeida. Sobre as observações do Deputado Paulo Sá, admitiu que poderia ter seguido um estilo mais literário mas salientou que a primeira parte deste relatório constitui um resumo do relatório do Governo com destaque de alguns pontos mais relevantes. Concluiu a intervenção propondo reformular o relatório nos seguintes termos: a) eliminar parágrafo mencionado na página 5; b) reformular o texto substituindo a expressão “Portugal considera (...)” por “O Governo e a Assembleia da Republica consideram (...)”; c) incluir, na nota introdutória do relatório, a informação de que o capítulo II resume o relatório do Governo.

Submetido à votação o relatório, com a reformulação proposta anteriormente, foi aprovado com os votos favoráveis do PS, a abstenção do PSD e do Deputado Paulo Trigo Pereira (Ninsc) e os votos contra do BE, PCP e CDS-PP.

3. Discussão e votação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 197/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - "Assegura a execução na ordem jurídica interna o Regulamento (UE) 2017/2402, que estabelece um regime geral para a titularização e cria um regime específico para a titularização simples, transparente e padronizada";

O Senhor Deputado João Pinho Almeida (CDS-PP) apresentou o parecer de que foi autor, tendo mesmo sido aprovado por unanimidade.

4. Designação de autor do parecer da [Proposta de Lei n.º 201/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - "Estabelece mecanismos para a resolução de litígios que envolvam as autoridades competentes de Portugal e de outros Estados-Membros da União Europeia em resultado da interpretação e aplicação de acordos e convenções internacionais para evitar a dupla tributação de rendimentos, transpondo a Diretiva (UE) 2017/1852";Cabe ao GP PSD

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) apresentou o parecer de que foi autora, tendo mesmo sido aprovado por unanimidade.



5. Outros assuntos.

A Senhora Presidente fixou prazo para entrega das propostas de alteração à Proposta de Lei n.º 174/XIII/4.^a (GOV) até segunda-feira, dia 3 de junho, ao final da tarde. Aproveitou também anunciar as datas das próximas audições, incluindo a audição regimental do Ministro das Finanças.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) solicitou à Senhora Presidente a alteração da data da audição regimental do Ministro das Finanças, visto que a última se tinha realizado há pouco tempo. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) subscreveu a mesma proposta.

Em resposta, a Senhora Presidente salientou que esta audição prevista para 5 de junho, estava já agendada há bastante tempo e como tal, não deu garantias de que o Ministro viabilizasse esse pedido de alteração de data.

Não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente deu por concluída a reunião.

A reunião foi encerrada às 11:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de maio de 2019.

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 29 de maio de 2019

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Fernando Rocha Andrade
Inês Domingos
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Leonel Costa
Manuel Caldeira Cabral
Margarida Marques
Mariana Mortágua
Nuno Sá
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Sara Madruga da Costa
Teresa Leal Coelho
António Cardoso
Conceição Bessa Ruão
Jorge Paulo Oliveira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hortense Martins

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Norte
Jamila Madeira